

Opinião

# Quarto do riso

Alexandre Schwartzman



Impossível não tratar do fraco crescimento da economia brasileira no terceiro trimestre, quando o Produto Interno Bruto (PIB) registrou expansão de meros 0,6%, praticamente selando crescimento ao redor de 1% este ano e sublinhando as dificuldades que o país terá que superar para atingir a meta de 4% em 2013. Eu, em particular, espero um número entre 3% e 3,5% no ano que vem, mas ficaria apenas moderadamente surpreso se ficasse pouco abaixo de 3%.

À luz da anemia econômica deste ano uma mente desatenta poderia até atribuir poderes mágicos ao Copom, que iniciou seu ciclo de redução da taxa de juros embalado pela “hipótese de que a atual deterioração do cenário internacional cause um impacto sobre a economia brasileira equivalente a um quarto do observado durante a crise internacional de 2008/2009”.

Uma investigação minimamente mais cuidadosa, contudo,

mostra um quadro muito distinto daquele suposto pelo Banco Central (BC). A começar porque, do ponto de vista da economia global, a desaceleração recente é pálida sombra do que foi a crise de 2008/2009. Naquele momento a economia mundial sofreu um colapso, como revelado pela contração de 13% no comércio internacional; em 2012, em contraste, embora o crescimento tenha se desacelerado, permanece ainda em terreno positivo, registrando expansão pouco superior a 2% nos 12 meses terminados em setembro relativamente ao mesmo período do ano anterior.

Mais revelador que isso, contudo, é a comparação do desempenho da economia brasileira relativamente às suas contrapartes na América Latina. Da mesma forma que no meu artigo do mês passado escolhi as economias (Chile, Colômbia e Peru) que, além de compartilharem com o Brasil o perfil de exportadoras líquidas de commodities, adotam o regime cambial e monetário que vigorava até recentemente no país, isto é, mantiveram as metas para a inflação, assim como o câmbio flutuante, além do compromisso sólido com suas metas fiscais.

Assim, se a desaceleração da economia brasileira resultasse da crise internacional deveríamos observar um comportamento semelhante por parte dos demais países, como o ocorrido em 2009.

Há, porém, uma complicação técnica que precisa ser tratada: é

necessário distinguir os movimentos cíclicos da economia daqueles associados à sua tendência de crescimento. De fato, os efeitos da crise internacional devem se manifestar como uma redução cíclica do crescimento, isto é, um desvio para baixo relativamente à sua tendência. Se tais efeitos não forem desmentidos por uma menor capacidade de expansão sustentável.

**Os dados sugerem que o baixo crescimento nacional é um fenômeno local. Já as causas são objeto de debate feroz**

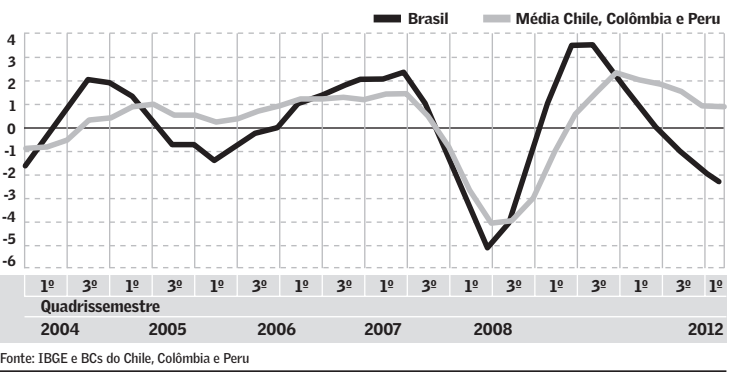
Para tratar uniformemente todas as economias em análise estimei uma tendência simples (um

filtro Hodrick-Prescott) para cada uma delas e calculei o desvio do crescimento observado relativamente à tendência. O gráfico mostra os desvios do crescimento brasileiro, assim como a média dos desvios dos demais países (apenas para deixar o gráfico mais legível; chegaríamos às mesmas conclusões usando as informações separadas para cada país).

Os números são reveladores. É possível ver como os movimentos cíclicos no Brasil se assemelham aos dos demais países, em particular no período imediatamente posterior à eclosão da crise de 2008. Todos os países foram tragados pelo maelstrom financeiro, desviando-se significativamente para baixo com respeito à sua tendência. Da mesma forma sua recuperação foi não apenas rápida, mas também vigorosa, revelando taxas de crescimento bastante superiores à tendência já em 2010.

## Crescimento do PIB do Brasil

Comparativo entre a média de crescimento de Chile, Colômbia e Peru



América prosperou graças ao apoio público à inovação tecnológica. Por *William H. Janeway*

# Política energética dos EUA

Há mais de 30 anos, o primeiro choque do petróleo parecia trazer a oportunidade para que os Estados Unidos mobilizassem recursos sob a bandeira da independência energética. O então presidente Carter propôs a criação do Departamento de Energia no fim de 1976. A ideia era obter a independência energética por meio de investimentos maciços que possibilitassem reduzir o consumo e aumentar a produção doméstica de fontes alternativas.

A missão, que constituía “o equivalente econômico a uma guerra”, fracassou assim que os preços do petróleo recuaram no fim da década. Ambos os programas e sua lógica básica foram deixados de lado, em grande medida pelo governo Reagan.

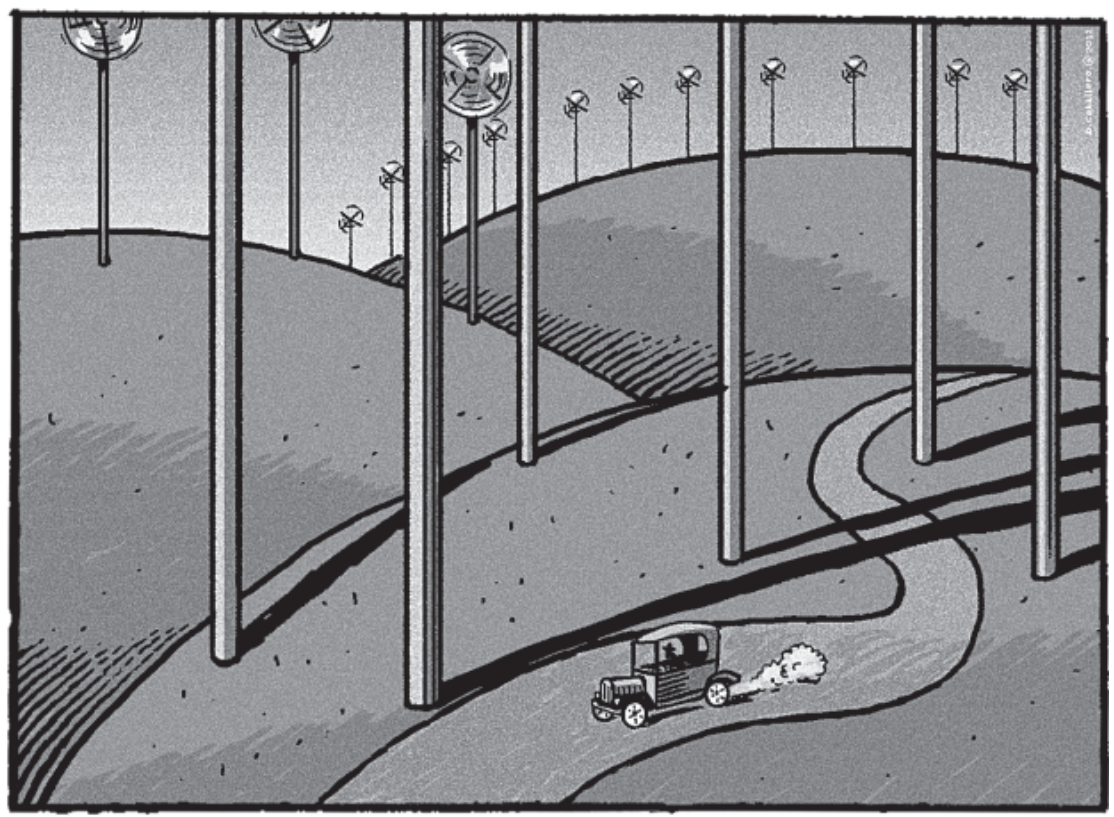
Nos dias de hoje, a missão legitimadora é reagir às mudanças climáticas, reduzindo a produção de carbono. A tentativa do presidente Obama de catalisar amplos investimentos em ciência e engenharia, no entanto, vem sendo adiada e marginalizada.

A invocação por Obama do “momento Sputnik” certamente teve boas intenções, mas se de frente com muito mais do que o critério imposto de eficiência econômica, no contexto da austeridade fiscal. Desta vez, a rejeição ideológica é mais profunda.

É preciso perguntar-se: Esses que bloqueiam iniciativas necessárias do governo o fazem por duvidarem da ciência? Ou negam a ciência porque a aceitação legitimaria a ação do Estado?

Apesar de tais construções e distorções ideológicas, a configuração da nova economia já pode ser definida em traços gerais. Assim como a economia digital, que a precede e que ainda estamos aprendendo a explorar e aproveitar ao máximo, essa economia de baixa emissão de gás carbônico apenas pode ser desenvolvida tendo como base investimentos públicos substanciais e com regras de atuação acertadas entre os setores públicos e privados.

É impreciso acreditar que os frutos das tecnologias digitais que estão sendo colhidos agora foram todos criados pelo setor privado. Chegar a esse ponto exigiu uma grande dose de investimentos públicos por um longo período de tempo.



**Há poucos motivos para acreditar que a próxima nova economia terá os EUA como origem. Ao contrário, o espetáculo dos EUA levando a China à OMC por supostamente subsidiar a inovação em tecnologias mais limpas é tanto revelador quanto humilhante.**

Por que deveríamos esperar que a situação venha a ser diferente quando finalmente resolvermos os desafios para alcançar uma nova economia de baixa emissão de gás carbônico?

Para alcançar essa fronteira das inovações necessárias no campo energético, ainda há muita ciência por fazer. Uma série de tecnologias — baterias e células solares e células de combustível, entre elas — exige investimentos extensos para melhorar tanto o desempenho absoluto como a relação entre desempenho e custo.

Também está claro que não se pode esperar nenhum investimento significativo do setor privado nessa nova infraestrutura — e muito menos os financiamentos especulativos necessários para financiar a aplicação das novas tecnologias energéticas em grande escala —, enquanto o retorno sobre esses investimentos estiver exposto à volatilidade dos mercados de fontes de energia convencionais.

Apenas a ação pública coletiva — perspectiva longe de estar visível nos EUA hoje — pode proteger as novas tecnologias energéticas alternativas e acelerar o desenvolvimento da eficiência térmica, necessário para concorrer com as fontes convencionais.

Enquanto o impasse político paralisa Washington, há poucos motivos para acreditar que a pró-

xima nova economia terá os EUA como origem. Ao contrário, o espetáculo dos EUA levando a China à Organização Mundial do Comércio (OMC) por supostamente subsidiar a inovação em tecnologias mais limpas é tanto revelador quanto humilhante.

Para perceber as implicações antitecnologia, anti-inovação e antiprogresso dessa estratégia diplomática dos Estados Unidos, imaginem, primeiro, que houvesse uma instituição com estatutos similares à OMC há 50 anos. Os governos europeus estariam em posição para bloquear progressos tecnológicos da mesma forma que os EUA vêm fazendo agora.

Imaginem: os europeus teriam direito a atacar o comprometimento dos EUA em apoiar tecnologias que tornaram a revolução digital possível — e é concebível pensar que eles poderiam tê-la restringido materialmente. Este país teria ficado mais pobre por isso, assim como todo o mundo. Esse exemplo deveria ser claro o suficiente para impedir-nos de continuar seguindo esse rumo desastroso de obstrução à inovação.

Nossa preocupação, hoje, deveria ser nosso fracasso em agir, não as iniciativas chinesas. Em 2010, o investimento da China em tecnologias de energias mais limpas foi estimado em US\$ 54,4 bilhões, mais de 50% acima dos Estados

Unidos. O comprometimento financeiro de nossa nação com o que deveria ser uma iniciativa prioritária é apenas simbolicamente significativo.

O financiamento para o primeiro ano da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada — Energia (Arpa-E, na sigla em inglês) foi de US\$ 400 milhões, incluídos na lei de Reinvestimento e Recuperação dos EUA, de 2009. Essa quantia foi reduzida a US\$ 180 milhões no orçamento para o ano fiscal de 2011.

Enquanto as restrições ao orçamento federal com ciência parecem ser algo inevitável, os líderes chineses vão elevar os gastos federais em pesquisa para mais de 2% do Produto Interno Bruto (PIB), aproximadamente o mesmo nível dos EUA no pós-guerra.

O próximo país a encabeçar a economia da inovação pode tirar lições do exemplo dos EUA pós-Segunda Guerra Mundial — e a China vem fazendo exatamente isso.

A liderança chinesa compreende plenamente que o líder precisa começar com os bastiões da autonomia: dinheiro e controle. Apenas um país posicionado, como a China está agora, com US\$ 3 trilhões em reservas internacionais poderá resistir às demandas persistentes de alocar fundos públicos apenas em projetos que sejam comprovadamente “úteis e produtivos”. Em outras palavras, que cumpram só os testes de eficiência “estática” e não “dinâmica”.

Historicamente, desde a construção do Canal de Erie até a internet, por meio de redes ferroviárias ou elétricas e superestradas, a economia dos EUA chegou à liderança graças ao apoio público a investimentos de risco privados, nas fronteiras da inovação tecnológica.

É essa a história que estamos ignorando, diante do desafio existencial desta geração: mobilizar recursos na escala necessária para criar uma economia de baixa emissão de gás carbônico para nosso benefício, e de todo a humanidade, no longo prazo. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

**William H. Janeway** é diretor-gerente e assessor sênior da Warburg Pincus e autor de “Doing Capitalism in the Innovation Economy” (Fazendo capitalismo na economia da inovação, em inglês).

## Frase do dia

“Reduzir o preço da energia é uma decisão da qual o governo federal não recuará.”

**Da presidente Dilma Rousseff, ao informar que agora uma parte dos recursos orçamentários do governo vão suprir a indústria e a população, aquilo que outros não tiveram a sensibilidade de fazer.**

## Cartas de Leitores

### Royalties

Conforme o deputado federal Wellington Dias (PT-PI), autor do projeto sobre a divisão dos royalties do petróleo, e vetado pela presidente Dilma Rousseff, não há contrato entre os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo com empresas, e o que existe, é um contrato entre a União com empresas e isso será mantido.

Em suma, não haverá quebra de contrato algum, e nem a perda de confiança dos investidores internacionais, e o que está havendo, é simplesmente uma disputa interna dos royalties pelos Estados brasileiros.

Como o meu partido é o Brasil, torço para que o presidente do Senado Federal, José Sarney, envie o projeto do deputado Wellington para nova votação em plenário, ainda neste mês de dezembro.

**Edgard Gobbi**  
edgardgobbi@gmail.com

### Empregados domésticos

Os empregadores dos trabalhadores domésticos exigem do governo os mesmos direitos que as empresas privadas possuem para com os seus empregados. Desconto integral no Imposto de Renda do salário anual, condução, alimentação, FGTS, enfim de todos os direitos trabalhistas. Jamais iremos contra os direitos dos trabalhadores domésticos porque eles merecem, mas nós também merecemos os descontos já que temos as mesmas obrigações trabalhistas das empresas privadas. Salário de empregado não pode ser confundido com renda ou lucro.

**Beatriz Campos**  
beatriz.campos@uol.com.br

### Petrobras

A presidenta da República lamenta e repudia a especulação, publicada em 5/12 na coluna “Uma rocha no caminho”, de mudanças no comando da Petrobras. A presidenta reafirma que Graça Foster tem realizado um trabalho excepcional na Petrobras e continuará à frente da companhia ao longo deste governo.

**Thomas Traumann**  
Porta-voz da presidência

### Esclarecimento

Sobre a reportagem “Aperam busca sócios para novas florestas”, publicada em 30/11, na página B13, a Aperam Bionergia informa que o investimento relativo à expansão de sua capacidade de processamento e transformação de madeira em carvão vegetal conta também com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

## Correção

Diferentemente do informado na reportagem “Roldão quer IPO ou fundo como sócio em 2014”, na edição de ontem, na página B5, o cargo de diretor de marketing é novo e seu ocupante, Jefferson Fernandes, não substitui membro da família fundadora na função.

Correspondências para Av. Francisco Matarazzo, 1.500 - Torre New York - CEP 05001-100 - Água Branca - SP ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.